

Sarney vai usar TV para tentar alterar o texto

A cadeia nacional de rádio e televisão pode ser utilizada pelo presidente José Sarney para esclarecer a sociedade da necessidade de alteração dos pontos considerados críticos do texto constitucional aprovado no primeiro turno da Assembleia Nacional Constituinte. A decisão de Sarney pode ser tomada nesta sexta-feira, depois de receber da área econômica o levantamento dos custos das medidas contidas nas disposições transitórias. Ele vai passar o dia em Juazeiro do Norte, no Ceará, devendo desembarcar em Brasília às 18h35 segundo a agenda oficial.

A exemplo da campanha veiculada contra a amplitude da anistia aos micros e pequenos empresários, o Governo novamente desencadearia uma série de incursões nos meios de comunicação de mensagens mostrando ao povo a impossibilidade de custear as despesas previstas na nova Constituição sem as respectivas fontes de custeio. A primeira aparição seria do presidente José Sarney, que trataria do problema de forma didática, mostrando o efeito bomba de cada um dos artigos que preocupam o Palácio do Planalto.

Isso foi debatido ontem de forma preliminar na reunião do Conselho Político, quando o Governo também decidiu de imediato lançar um documento à nação dizendo que, mesmo sem conhecer os custos globais dos benefícios concedidos pela Constituinte, já concluiu que não tem como custear tantas medidas sem aumentar impostos ou cortar despesas com programas prioritários.

A intenção do Governo, segundo o porta-voz da Presidência da República, jornalista Carlos Henrique

Almeida Santos, é utilizar todos os meios legítimos a sua disposição para esclarecimento da sociedade, e a hipótese do pronunciamento não está afastada. A orientação do presidente Sarney, transmitida pela manhã durante uma reunião com nove ministros, os líderes do governo e do PFL no Congresso Nacional e os principais assessores políticos do Palácio do Planalto, é de fazer um esforço para esclarecer a opinião pública. Todas as áreas que foram afetadas estão mobilizadas.

O presidente Sarney determinou a área econômica para fazer um levantamento sobre os custos das medidas, e deu o prazo máximo até sexta-feira, já que o segundo turno dos trabalhos constitucionais deve começar na terça-feira. Ao chegar do Ceará, Sarney pode convocar uma reunião com o grupo para montar a estratégia final que vai ser utilizada para derrubar os pontos considerados nocivos à governabilidade do País. Carlos Henrique citou como exemplo a anistia fiscal que vai representar um furo de Cz\$ 750 bilhões no Tesouro Nacional.

O Governo vai jogar especialmente com a psicologia dos constituintes. O porta-voz deu o tom que vai ser utilizado, ao observar que os parlamentares foram eleitos para um mandato popular que só se esgota com a conclusão dos trabalhos constitucionais. Quando o segundo turno foi previsto, era porque todos sabiam que o texto não ficaria perfeito na primeira votação. Por essa razão, essa etapa dos trabalhos "a mesma dedicação e senso de responsabilidade", alertou. Esses dois pontos merecem ser honrados no término da votação.

Governo amplia mobilização

Depois de participar da reunião do Conselho Político, no Palácio do Planalto, para avaliar os custos para o Tesouro de dispositivos da nova Constituição, o líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha, anunciou que o Governo vai intensificar a mobilização para conseguir os 280 votos necessários para suprimir textos no segundo turno de votação. A arrematada vai começar pelos 277 constituintes que tradicionalmente votam a favor de teses de centro-direita.

Estes constituintes foram identificados em levantamento feito pelo deputado Basílio Vilani, que aponta também outros 82 parlamentares que oscilam entre votos com a direita e a esquerda. O Governo acredita que sua ação sobre os dois grupos poderá assegurar os 280 votos necessários para aprovar as alterações consideradas essenciais no segundo turno.

Gadelha acredita que os números parciais apresentados ontem durante a reunião demonstram que o Governo não tem como enfrentar as despesas novas criadas pela Constituição. "Quebramos", comentou o senador. Diante da preocupação com os custos financeiros é que o Governo decidiu elaborar documento para explicar à Nação a perspectiva de ingovernabilidade do País se os dispositivos aprovados não forem alterados.

Será um descargo de consciência, na visão de Marcondes Gadelha, a decisão do documento do Governo, que se não tiver condições de mudar a tendência da nova Constituição precisa tomar uma posição histórica. A idéia surgiu do ministro José Reinaldo, mas, de acordo com o líder Carlos Sant'Anna, ela não ficou sedimentada, o que poderá acontecer no encon-

tro marcado para o final da semana.

Gadelha assegurou que o documento seria divulgado em dois dias, dependendo apenas da conclusão dos levantamentos dos custos das medidas e benefícios previstos na nova Constituição. Ele contou que foram também longamente analisadas as expectativas de quorum para as votações de segundo turno, concluindo que mesmo com ação efetiva dificilmente o governo teria meios de impedir um baixo quorum devido à proximidade das eleições municipais.

Foi uma reunião de troca de preocupações, mas o líder Carlos Sant'Anna preferiu não apostar no terrorismo antes de conhecer a realidade dos custos. Todavia, segundo informação que circulou nas reuniões do Centrão, depois, chegaram até a sugerir a dissolução da Assembleia Nacional Constituinte, algo que nenhum dos participantes se dispôs a confirmar.

De acordo com Marcondes Gadelha, não faltaram críticas aos constituintes após a constatação da ingovernabilidade com a promulgação da nova Carta. A crítica foi de que os constituintes são claros quando falam em benefícios e nebulosos para dizer de onde virão os recursos. Nesse momento, o consultor-geral da República, Saulo Ramos, acrescentou que "eles falam uma linguagem napoleônica, curta e obscura".

O líder pefelista revelou que os participantes da reunião já reduziram os pontos de interesse do Governo a apenas 15 itens, achando que também outras categorias de interessados se mobilizarão para o segundo turno, como empresário, visando a conquistar apoio às mudanças pretendidas.

Lourenço levanta "bobagens"

"O País não suportará seis meses a Constituição do PMDB e do dr. Ulysses Guimarães" — afirmou ontem o líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), que anunciou para sexta-feira a conclusão do inventário do Governo com "as bobagens que foram aprovadas".

Entre as "bobagens", cita a emenda do deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ) que permite até duas promoções a oficiais da reserva. "Vamos ter até 500 marchais" — ironizou Lourenço para quem a participação do Brasil na 2ª Guerra foi "simbólica, comparada com a dos Estados Unidos e da Rússia".

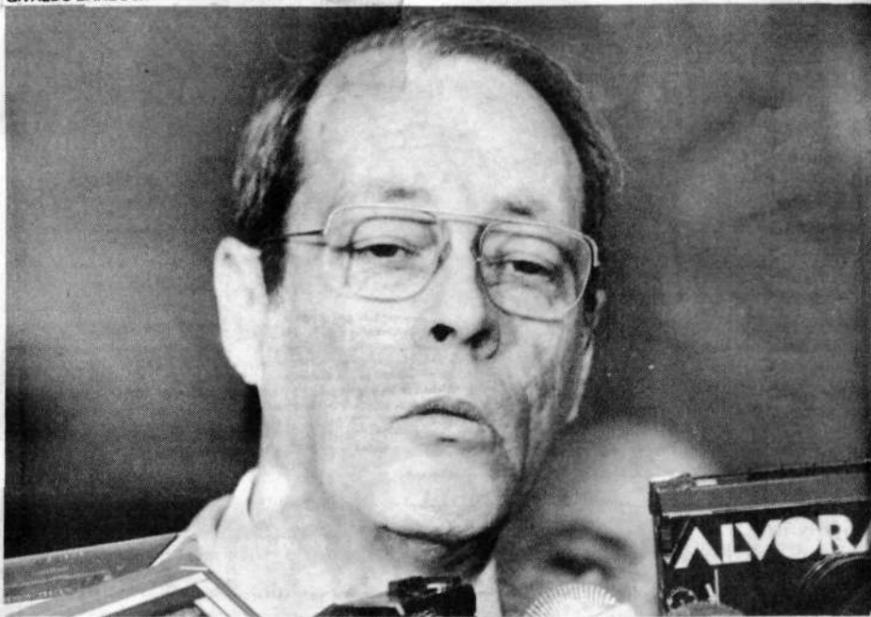
PREOCUPADÍSSIMO

Angustiado com o levantamento das "p'eroias constitucionais", Lourenço parecia, ontem, o ex-deputado Carlos Lacerda com sua Metralhadora gi-

ratória. O relator, Bernardo Cabral (PMDB-AM), fez, por exemplo, "um trabalho sem qualquer unidade". "Tentou agradar a todo mundo e quem procura fazer isto não faz nada que preste. O Cabral primeiro era ruim mas o Cabral segundo é muito pior", afirma Lourenço para quem no texto do "grande jurista há até erros de português".

O presidente Ulysses Guimarães foi criticado por haver contribuído para o texto e o parecer de Cabral de ser promulgada a Constituição ninguém sabe. Nem o dr. Ulysses. E uma Constituição com objetivos eleitoreiros. Se for pensando em candidatas a presidente da República, a governador, prefeito ou o que seja, ela pode ser promulgada logo. Se for pensando no interesse nacional, o melhor seria adiar por cinco anos".

GIVALDO BARBOSA



Carlos Sant'Anna: meta é tentar equilibrar a receita com as despesas

Governo dá prazo para saber custo da Carta

Somente nesta sexta-feira é que o Governo saberá qual será o impacto financeiro das medidas propostas nas disposições transitórias aprovadas no primeiro turno da Assembleia Nacional Constituinte. Esse foi o prazo que o presidente José Sarney deu, na reunião de ontem no Palácio do Planalto com nove ministros e os líderes do Governo e do PFL no Congresso Nacional, para os ministros Paulo César Ximenes, interino da Fazenda; e Renato Archer, da Previdência Social, apresentarem um relatório por escrito do ônus sobre o Tesouro Nacional. O deputado Carlos Sant'Anna, líder da maioria e do Governo na Câmara, que foi o porta-voz, disse que no encontro de ontem, foram discutidos os direitos que "são inarredáveis", e que precisam ser pagos. Por isso, o Governo vai no segundo turno tentar equilibrar a receita com as despesas.

Embora não tenha ainda o custo global, o Governo já joga com um número muito alto. Somente a anistia fiscal vai a cerca de Cz\$ 776 bilhões, enquanto a extinção da correção monetária nos empréstimos tomados por micro e pequenos empresários durante o Plano Cruzado vai causar um impacto de Cz\$ 377 bilhões, o que representa um montante de Cz\$ 1,153 trilhão. A esse valor falta ser computado o gasto que a Previdência Social vai ter com a antecipação da idade de aposentadoria.

Os benefícios da Previdência Social foram os que provocaram as maiores preocupações do conselho político, embora o ministro da pasta, Renato Archer, não tenha sido convidado a

participar da reunião. Carlos Sant'Anna citou especialmente os dois dispositivos relativos a aposentadoria, um nas disposições permanentes e outros nas transitórias. O artigo 207 reduz para 55 e 60 anos a aposentadoria compulsória para trabalhadores e trabalhadores rurais. Além da redução do tempo, a Carta não especifica que as aposentadorias serão pagas a contribuintes da Previdência. O dispositivo está sendo revisado pelos assessores jurídicos do Governo.

O artigo diz que o cálculo da aposentadoria será feito sobre os últimos 36 salários percebidos, mas não esclarece se o direito será somente para quem recolheu a contribuição.

Carlos Sant'Anna afirma que esse montante é "apenas a ponta do iceberg". Por outro lado, existe também nas disposições transitórias o dispositivo que transfere 60 por cento dos recursos do PIS para o financiamento do seguro-desemprego. Como a contribuição é destinada para financiamento da produção agrícola, econômica, direitos do trabalho e financiamento da parte do patrimônio do trabalhador, no montante de aproximadamente US\$ 2 bilhões, esse total ficaria descoberto. O Governo, nesse caso, vai ter de retirar dinheiro de outra área para cobrir o buraco.

Sexta-feira, nós teremos, possivelmente, já a avaliação qualitativa e quantitativa, especialmente das áreas da Fazenda e Previdência, dos custos destes novos benefícios e encargos. Quero lembrar que à medida que a Constituição prevê benefícios e direitos, que são encargos, porque têm de ser pagos, é

preciso também que se veja a parte da receita. De onde vão sair os recursos para pagar os benefícios? Esta é a grande preocupação, porque é preciso saber se há receita suficiente para pagar tantos encargos — enfatizou Carlos Sant'Anna.

O líder do Governo garantiu que as coisas estão sendo estudadas para não causar ingovernabilidade para o futuro presidente, porque o impacto não vai ser muito grande no Governo Sarney. Por isso, as atenções estão voltadas para 38 pontos considerados nocivos para o futuro do País. Mas, na reunião de ontem, não foi feita uma seleção dos dispositivos que serão bombardeados pelo Governo. A definição pode ocorrer quando Sarney receber os levantamentos que serão feitos pela área econômica.

A reunião de ontem demorou cerca de duas horas, e teve a participação dos ministros Ximenes; João Batista de Abreu, do Planejamento; Hugo Napoleão, da Educação; Iris Rezende, da Agricultura; Prisco Viana, da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente; Borges da Silveira, da Saúde; Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações; Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil; José Reinaldo Tavares, dos Transportes, o deputado Carlos Sant'Anna, senador Saldanha Derzi, líder do Governo no Senado; senador Marcondes Gadelha, líder do PFL; deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara; Henrique Hargreaves, assessor parlamentar do Gabinete Civil; e Thales Ramalho, assessor especial de Sarney.

Scalco acha que governo foi omissos

O deputado Euclides Scalco, secretário-geral do PSDB, afirmou ontem que o Governo deveria ter exercido seu dever de alertar a Constituinte para eventuais distorções, e não "só agora se preocupar com os trens da alegria que estavam nas propostas". Scalco fez tal declaração ao comentar a determinação do presidente José Sarney aos ministros da área econômica para que calculassem quanto irá custar ao país a nova Constituição, se forem preservados dispositivos que criam despesas.

"Os trens da alegria rejeitados quem derrubou foi a oposição porque o Governo só se preocupou com o mandato e o sistema de governo" — disse Scalco, para quem agora, depois da votação em segundo turno, quando é mais difícil alterar o texto, o governo "vem querer jogar sobre as costas da Constituinte uma responsabilidade que não é dela, mas do governo, que não foi diligente".

O deputado citou o exemplo da anistia da correção monetária dos débitos dos micros e pequenos empresários e dos pequenos e médios produtores rurais.

O prejuízo da nação foi reduzido por uma emenda de um deputado do Partido Comunista Brasileiro, e não de alguém ligado ao governo, o que mostra o desinteresse do Governo com questões fundamentais.